

Rita

REGISTO N.º 923/2023
LOCAL Sede da CIM do
Médio Tejo
DATA 23.02.2023
INÍCIO 09:30
TERMO 13:10

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 02/2023

Presenças:

Presidente Anabela Gaspar de Freitas
Vice-Presidente Manuel Jorge S. Luz Valamatós dos Reis

Presidentes Câmaras Municipais:

Alcanena Rui Fernando Anastácio Henriques
Constância Sérgio Miguel Santos P. de Oliveira
Ferreira do Zêzere Bruno José da Graça Gomes
Ourém Luís Miguel G. C. de Albuquerque
Torres Novas Pedro Paulo Ramos Ferreira
Vila Nova da Barquinha Fernando Manuel dos Santos Freire

Outras Presenças:

1.º Secretário Executivo Miguel Pombeiro
Secretário Intermunicipal Jorge Simões
Entroncamento Vice-presidente Ilda Joaquim
Sertã Vice-Presidente Rui Gaspar Nunes
CIM do Médio Tejo Rita Trindade

ORDEM DE TRABALHOS

09H30

INFORMAÇÕES

A reunião contou com a presença do autarca de Sertã - Vice-Presidente Rui Gaspar Nunes que tomou conhecimento e participou, contudo, não votou em nenhum dos assuntos presentes na reunião.

INFORMAÇÕES

PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo – Fundo por executar – Ponto de situação – Informação interna n.º 658/2023

O 1.º secretário deixou alguns esclarecimentos, referindo que os pedidos de pagamento se encontram similares ao mês de janeiro, não tendo grandes evoluções.

Referiu que as infraestruturas escolares constantes no Acordo Setorial da ANMP deviam ser candidatas ao aviso de concurso em vigor cujo prazo de submissão termina nos finais de abril.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento das informações apresentadas.

☐☐

Concurso Público para Celebração de Acordo Quadro para seleção de serviços no âmbito da Cibersegurança – Para Conhecimento do CI da assinatura dos contratos e entrada em vigor do acordo quadro – Informação interna n.º 630/2023

O 1.º secretário executivo deu conta dos acordos quadro celebrados no âmbito da Cibersegurança, tendo o Conselho Intermunicipal tomado conhecimento da informação prestada.

☐☐

Plano Ferroviário Nacional – Ponto de situação da consulta pública

O 1.º secretário executivo deu conta de que na CIM ainda só tínhamos recebido os contributos de Ourém e Sertã, solicitando que nos pudessem fazer chegar os restantes, de modo a compilarmos um documento e também o podermos remeter para a consulta pública dentro dos prazos estabelecidos.

☐☐

84.ª Volta a Portugal - Desenvolvimentos

O 1.º secretário executivo deu conta da reunião realizada entre o diretor da volta Joaquim Gomes, o presidente da CM de Abrantes Manuel Valamatos e o próprio.

Esclareceu que se pretendeu encontrar uma solução que passasse por todos os concelhos do Médio Tejo e cujo impacto para a região se estendesse por vários dias desta edição da Volta a Portugal.

Daqui resulta a seguinte proposta com custos totais de 160 mil euros a acrescer de IVA.

A prova vai decorrer entre 9 e 20 de agosto, com prologo em Viseu, dia de descanso na Guarda e Final em Viana do Castelo, no âmbito da Cidade Europeia do Desporto.

Neste contexto é nos proposto o seguinte:

- 10 de agosto - Final da 1ª Etapa em Ourém com Passagem em Ferreira do Zêzere e Tomar;
- 11 de agosto - Partida da 2ª Etapa de Abrantes com Passagem em Constância, Vila Nova da Barquinha, Entroncamento, Torres Novas e Alcanena.
- 14 de agosto – Partida da etapa para a torre em Mação passando pelo Sardoal, Vila de Rei de Sertã.

A distribuição financeira dos encargos seria do seguinte modo:

Ourém – 45 mil euros

Abrantes – 25 mil euros

Mação – 25 mil euros

Os restantes 10 concelhos onde passa a volta um valor de 5 mil euros a cada um, o que totaliza 50 mil euros.

CIM do Médio Tejo – 15 mil euros.

A todos estes valores acresce o IVA legal.

O Conselho Intermunicipal apreciou e tomou conhecimento da informação apresentada.

☞☞

Atribuição de incentivos à fixação de médicos - Ponto de situação

Na sequência do que foi estabelecido no último Conselho Intermunicipal, o 1.º secretário executivo apresentou um ponto de situação resumido sobre a questão dos médicos de família no Médio Tejo/Cuidados Primários de Saúde (ACES do Médio Tejo):

Em números absolutos de utentes sem médicos de família as situações mais graves são as de Ourém e de Abrantes.

- Ourém com 15 mil utentes sem médicos de família (o que corresponde a 8/9 médicos, e com possibilidade de agravamento dado que há um médico com 68 anos e 40 anos de serviço e que aguarda aposentação);

- Abrantes com mais ou menos 12 mil utentes sem médicos de família e também com tendência para agravamento, dada a previsão de pelo menos mais uma aposentação.

- **Quando analisamos este assunto por percentagens**, as situações mais preocupantes são:

Sardoal – com 100% de utentes nos registos sem médicos de família, dado que os 2 médicos que se encontravam no Sardoal saíram da função pública. Trata-se de um ficheiro no Sardoal com menos de 4 mil utentes e que não têm escala que permita fazer uma USF.

Mação – Na eminência de ficar com 75% de utentes sem médicos de família, está organizado nos antigos modelos de Centro de Saúde (CSP) e dos 4 médicos do quadro; o ponto de situação é o seguinte:

Em 2021- uma aposentação; um médico com doença grave, os restantes 2 médicos, um tem 68 anos e já pediu aposentação, o outro tem 66 anos e em risco de ficar sozinho.

Depois aparece Alcanena.

49% sem médico de família, o que corresponde a 6 a 7 mil utentes. A situação vai agravar-se tendo em conta que há um pedido de aposentação a decorrer.

Tem sido possível atrair médicos em prestação de serviços (4), alguns sem especialidade, tendo também uma pediatra e uma médica que veio da Lezíria em regime de prestação de serviços e com fortes hipóteses de estabilizar em Alcanena.

O Entroncamento é uma USF modelo B, tem cerca de 5 mil utentes sem médico. Não é uma situação preocupante parecendo ser apenas uma fase dada a capacidade que tem havido para cativar prestadores de serviços neste concelho.

Torres Novas não é uma situação preocupante, tem cerca de 2 mil utentes sem médico de família. Foi planeada para ter 3 USF. A USF Almonda já é de modelo B e prevê-se a passagem para modelo B das USF de Riachos e Cardílio.

Tomar tem mais ou menos 2 mil utentes sem médico de família. Situação nada preocupante dado que 1400 estão na sede e têm tido alguma resposta através da organização do Centro de Saúde Pública (CSP) organizarem um bom modelo de rotatividade para consulta avulsa.

Constância – Neste momento toda a população tem médico de família, mas há uma aposentação pendente e ainda sem resolução à vista. O número de extensões existentes considerando o número total de utentes tornará menos atrativo para mais rapidamente se resolver esta aposentação pendente.

Sem problemas, Ferreira do Zêzere. População integralmente com médico de família e Vila Nova da Barquinha também com tudo coberto.

Sugestões de atuação:

1. Aumentar de forma significativa a "pressão política" sobre os decisores desta área setorial, de modo em primeira instância diminuir a velocidade de crescimento de utentes sem médico de família na nossa região. Há poucos anos atrás, eram cerca de 20 mil, hoje são cerca de 55 mil. Numa segunda instância deve ser o de diminuir objetivamente o número de utentes sem médicos de família. Do "quadro reivindicativo", entre outros, deverão estar os seguintes pontos:

a) solicitar para o nosso território o aumento das chamadas vagas carenciadas que permitem pelo menos durante 3 anos o aumento da remuneração dos médicos em 40%;

b) retomar para 2023 e anos seguintes o suplemento previsto no orçamento de estado 2022, de um incentivo de 60% para médicos de família que se desloquem para concelhos carenciados;

c) aumentar o valor à hora para os prestadores de serviços. Neste momento o ACES do Médio Tejo para um não especialista não pode pagar mais do que 20€ à hora. A título de exemplo o CHMT paga a 27€ à hora e o hospital de Portalegre e Castelo de Branco pagam a 35 € à hora. Também na ARS Centro que tem concelhos que confinam com o ACES Médio Tejo, o valor/hora é superior ao 20€ atualmente pagos no Médio Tejo;

d) aumentar a capacidade formativa dos nossos Centros de Saúde e das USF do Médio Tejo, dado que muitos deles não têm a chamada "idoneidade formativa", o que permitiria aumentar a captação de médicos que pretendem tirar a especialidade.

2. A criação de incentivos financeiros

O Projeto Bata Branca, poderá ser uma forma indireta de os municípios estabelecerem incentivos financeiros para os médicos. Este projeto assenta numa contratualização entre uma IPSS inscrita na entidade reguladora da saúde, em regra Misericórdias e ARS. A IPSS recebe o valor de tabela da ARS ao qual a Misericórdia poderá acrescentar o suplemento que o município vier a estabelecer com a referida Misericórdia.

No âmbito deste projeto, o médico contratado poderá trabalhar fisicamente no Centro de Saúde, ou até, noutro Centro de Saúde de concelho distinto do da respetiva Misericórdia/IPSS.

3. As autarquias deverão também ponderar a possibilidade de reorganizarem a sua rede de extensões. Não se trata de acabar com as extensões, mas antes de se criarem condições para a sua reorganização. Temos várias situações no nosso território em que dentro da mesma freguesia temos 3 e 4 extensões. Para as novas gerações de jovens médicos, não é apenas o dinheiro que os move, mas também a existência de um projeto profissional aliciante, de boas condições de trabalho, de poderem trabalhar efetivos projetos de medicina preventiva.

Um médico que trabalha exclusivamente numa extensão de saúde, passa quase exclusivamente do seu tempo a passar receitas, passar baixas/atestados médicos, e passado algum tempo afirmam que já conseguiram ver os mesmos idosos dezenas de vezes.

Médicos da nova geração sentem-se muito mais atraídos por projetos de equipa em regra desenvolvidos no edifício sede, em torno de USF com objetivos e metas bem definidas.

Embora possa não haver uma relação direta de causa/efeito, a título de exemplo Alcanena diminuiu de 5 extensões para uma extensão, o que facilitou a atração de prestadores de serviço.

Tendo em conta todas estas questões, e depois de analisado o ponto de situação dos cuidados primários de Saúde e o aumento vertiginoso de utentes sem médico de família, o Conselho Intermunicipal por se tratar uma situação que se arrasta há muito tempo e que inclusivamente teve um significativo agravamento nos últimos tempos, deliberou por unanimidade solicitar uma audiência ao Ministro da Saúde.



Alter

Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação – Ponto de situação e implementação do 1.º ano do Plano

O secretário intermunicipal fez um ponto de situação dos referidos planos, e alertou que para além da aprovação nas reuniões de câmara, onde foram já todos aprovados, têm igualmente de ser aprovados nas respetivas assembleias municipais antes da data do fim do projeto financiado pelo POISE/CIG a 30 de junho/2023.

No passado dia 22 de fevereiro deu-se início aos trabalhos de implementação do 1º ano de cada um dos Planos Municipais, tendo-se apresentado aos presentes na reunião técnica a ficha pormenorizada de cada uma das ações a implementar em cada um dos municípios. Cada uma das ações foi avaliada pelos presentes, a sua pertinência, forma e datas de realização.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento dos esclarecimentos apresentados.

☐☐

Descentralização Educação – Artigo 82.º de Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO/2022) – Eventual avaliação conjunta de dúvidas junto da ANMP - Para análise

A Vice-Presidente da autarquia do Entroncamento deu-nos conhecimento de um email recebido através da DGAL com a indicação de um formulário informando que a DGAL invoca o disposto no artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO/2022), contudo, comentou que o nível de pormenor lhes levantava muitas questões, nomeadamente ao nível das competências das autarquias e da DGAL.

Neste sentido, sugeriu a avaliação pelo conjunto dos municípios da Comunidade e, eventualmente, solicitar avaliação pela ANMP.

Não está em causa o reporte de informação, mas o nível de pormenor e a exigência mensal.

Esclareceu-nos que pediram à DGAL esclarecimento de algumas dúvidas, não tendo ainda obtido resposta. Também pedimos a prorrogação do prazo (fixado para 15/02).

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da informação prestada, aguardando que nos fosse remetido também por email o que a autarquia do Entroncamento remeteu à DGAL.

☐☐

Tejo CUP 2023 – Torneio Inter-Seleções Regionais - Pedido de apoio da Associação de Futebol de Santarém

O 1.º secretário executivo comentou que a Associação de Futebol de Santarém, nos voltou a contactar à semelhança de anos anteriores no sentido de mais uma vez, em conjunto com a Lezíria podermos continuar a efetuar publicidade na revista da associação no âmbito do Tejo Cup 2023 – Torneio Inter-Seleções Regionais.

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade continuar com esta publicação, pelo valor de 1.600,00€ (acrescido de IVA). O valor para a CIM do Médio Tejo, corresponderá a metade, ou seja, 800,00€ a crescer de IVA à taxa legal em vigor.

☐☐

Projeto Integrativamente | Saúde Mental do Médio Tejo – Ponto de situação

O secretário intermunicipal deixou algumas notas sobre este projeto, referindo que se trata de um projeto, promovido pela AFMMT – Associação de Saúde Mental do Médio Tejo, que tem como objetivo atuar na prevenção e combate à doença mental grave

(designadamente depressão, psicose, demência) nos doentes portadores de doença mental e o combate ao burnout de cuidadores informais. Esta área é considerada prioritária em resposta à problemática associada à doença mental, que foi severamente agravada pela pandemia COVID-19.

Esclareceu que para a concretização deste projeto a CIM Médio Tejo formalizou em 17 de fevereiro/2022 um protocolo de colaboração com a AFMMT, tendo-se constituída como Investidor Social, comprometendo-se a:

- facilitar/intermediar os contactos com os municípios e os agentes locais do território, no sentido de os motivar a aderir e participar nas atividades do projeto;
- assumir o cofinanciamento da implementação do plano de desenvolvimento (30% do valor global de investimento) até ao montante de 45.699,90€ (quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove euros e noventa cêntimos) como investidor social, com pagamentos trimestrais tendo a seguinte distribuição prevista:

- Ano 2022 – 22.849,95€

- Ano 2023 – 22.849,95€

Prazo de Execução

- Início Programa – 02.03.2022

- Fim do Programa – 30.06.2023

Data de referência do 1º Beneficiário – 2/03/2022

Neste sentido, o Conselho Intermunicipal tomou conhecimento, tendo deliberado que este assunto seria novamente presente na reunião do Conselho Intermunicipal para uma tomada de posição sobre a proposta de continuidade do projeto.

▯▯

Rede de Referência Hospitalar em Obstetrícia Ginecologia e Neonatologia - Consulta Pública

O Conselho Intermunicipal analisou a proposta da Rede de Referência Hospitalar em Obstetrícia, Ginecologia e Neonatologia que se encontra em consulta pública. O 1.º secretário executivo referiu que Vila de Rei sobre esta matéria indicou a esta CIM que quer estar connosco Médio Tejo neste processo, tendo enviado uma posição sobre o assunto.

Neste sentido, o Conselho Intermunicipal deliberou corroborar a posição do município de Vila de Rei, dando conhecimento dele ao conselho de administração do CHMT.

Foi remetida a seguinte informação:

O Concelho de Vila Rei, que pertence ao distrito de Castelo Branco, se encontra a 25 kms de Abrantes, e a 90 Kms de Castelo Branco, considera que é fundamental que neste processo, por uma maior facilidade rodoviária os utentes possam ter acesso às unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo.

Neste sentido pretendem reafirmar que:

- o acesso à consulta hospitalar e serviços de urgência para os utentes passa a efetuar-se no CHMT;

- a referência ser efetuada para a unidade local de saúde de Castelo Branco;

- Nos casos em que a especialidade de referência seja inexistente no CHMT, o utente seguir a referência da ARS Centro.

▯▯

OUTROS ASSUNTOS

Reunião Assembleia da República | Grupo Parlamentar do PSD

A presidente da CIM informou que tinha estado na Assembleia da República para ser ouvida na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local. A deputada Isaura Morais, tinha efetuado um requerimento do GP PSD para audição da CIM Médio Tejo a propósito da proposta de lei 42 na Assembleia da República. Esta proposta que visava proceder à alteração do regime jurídico das autarquias locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais que não apresentava nenhum estudo técnico que a sustentasse, foi discutida e votada na generalidade no dia 21 de dezembro.

Neste sentido, deu conhecimento que tinha sido acompanhada pelo 1.º secretário da CIM.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da situação.

☐☐

Construção de um novo aeroporto

O presidente da autarquia de Alcanena Rui Anastácio referiu que Alcanena e Torres Novas fazem finalmente parte da Comissão Técnica no âmbito dos estudos que decorrem para a construção de um novo aeroporto, sendo que umas das localizações que está em cima da mesa é Santarém.

Deu conta das apresentações que foram efetuadas sobre Santarém, muito bem elaboradas e muito bem estruturadas.

Partilhou com todos os presidentes as apresentações.

Voltou-se a falar que está previsto um congresso sobre o assunto na região, tendo como data provisória o dia 28 de março.

A CIM estuda a viabilidade de efetuar também uma conferência de imprensa sobre este tema.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da situação.

☐☐

ORDEM DO DIA

Proposta n.º 01 **Registo n.º** Internos 693/2023 e 694/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação das atas das reuniões anteriores – 26 de janeiro e 2 de fevereiro/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade as atas das reuniões anteriores, dias 26 de janeiro e 2 de fevereiro.

☐☐

Proposta n.º 02 **Registo n.º** Interno 665/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Tomar conhecimento sobre o resumo diário de tesouraria, o mapa de participações em dívida e despesas aprovadas pelo secretário executivo e registo de pagamentos efetuados, deliberações do secretariado executivo intermunicipal – Informação interna n.º 665/2023

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento dos documentos apresentados respetivamente o resumo diário de tesouraria, o mapa de participações em dívida e despesas aprovadas pelo secretário executivo e registo de pagamentos efetuados, deliberações do secretariado executivo intermunicipal

☐☐

PROPOSTAS

Proposta n.º 03 **Registo n.º** Interno 678/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de regulamento de utilização do sistema intermunicipal de bicicletas para uso público no Médio Tejo para submissão a consulta pública – 1.ª fase - - Informação n.º 678/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade o projeto de Regulamento de Utilização do Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo, bem como a sua submissão para Consulta Pública.

☐☐

Proposta n.º 04 **Registo n.º** Interno 682/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de determinação da data de início da operação – Concessão do serviço público de passageiros no Médio Tejo - CP/07/2021 - Informação n.º 682/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade que seja determinada a data de 1 de agosto de 2023 para início da operação dos serviços concessionados, a comunicar ao Concessionário para os devidos efeitos.

☐☐

Proposta n.º 05 **Registo n.º** Interno 586/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação da tabela de atualização tarifária apresentada pelo operador da RBI – Atualização tarifária regular – Informação interna n.º 586/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a proposta de tabela tarifária para o ano 2023 apresentada pela Rodoviária da Beira Interior, que inclui atualização dos

2. iter

preços de venda para os títulos ocasionais (bilhete inteiro, meio bilhete e bilhete pré-comprado) e manutenção dos preços de venda dos passes (assinatura de linha, assinatura 44 viagens), notificando-se o Operador para os devidos efeitos.

☐☐

Proposta n.º 06 **Registo n.º** Interno 671/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para proceder ao início do procedimento de aprovação de contratação pública AD/02/2023 – aquisição de serviços para manutenção do sistema de informação, planeamento, monitorização e comunicação – Sistema de videovigilância para apoio à decisão implementação na área de intervenção da CIM do Médio Tejo – Informação interna n.º 671/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade:

- O relatório de análise da proposta, e demais documentos que compõem o processo de concurso AD/02/2023- aquisição de serviços para a manutenção do sistema de informação, planeamento, monitorização e comunicação – Sistema de videovigilância para apoio à decisão implementado na área de intervenção da CIM do Médio Tejo, nomeadamente para efeitos de aprovação de adjudicação;
- A adjudicação ao concorrente INOV-Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Inovação, pelo valor de 46.500,00€ (quarenta e seis mil e quinhentos euros) ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.
- A nomeação do gestor do contrato nos termos do artigo n.º 290-A do DL III-B/2017, da técnica Ana Esteves
- A notificação da decisão de adjudicação e ao adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação.

☐☐

Proposta n.º 07 **Registo n.º** Interno 622/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta fornecimento de eletricidade à sede do Polo de Abrantes da CIM do Médio Tejo – Informação n.º 662/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a realização da despesa e decisão de contratar, recorrendo ao procedimento de "Consulta Prévia" nos termos previstos artigo 259º do CCP, aprovação das peças do procedimento e escolha das entidades a convidar e delegação de competências do Júri e do Secretário Executivo.

☐☐

Proposta n.º 08 **Registo n.º** Interno 635/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação do projeto de regulamento do Espaço Cowork da CIM do Médio Tejo – Informação n.º 635/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade o projeto de regulamento de utilização do espaço Cowork da CIM do Médio Tejo para que o mesmo possa no



cumprimento das disposições legais apresentadas ser submetido a Consulta Pública pelo período de 30 dias.

☐☐

Proposta n.º 09 **Registo n.º** Interno 548/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação do valor a transferir para os municípios ilegíveis à candidatura do ano 2021/2022 – 3.º período letivo - Informação interna n.º 548/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a transferência do valor por município beneficiário, de acordo com o número de alunos inscritos em sede da candidatura, conforme tabelas em infra:

Tipologia	Valor pago	Alunos	Fruta/Aluno	Abrantes	Alcanena	Ourem	Constância	Sardoal	Barquinha
Fruta	2 083,61 €	3371	0,62 €	537,75 €	255,27 €	946,31 €	102,60 €	67,37 €	174,30 €
			Leite/Aluno						
Leite	1 290,50 €	5218	0,25 €	319,78 €	160,01 €	583,67 €	68,75 €	46,25 €	112,03 €
Total	3 374,11 €			857,53 €	415,29 €	1 529,98 €	171,36 €	113,62 €	286,34 €

	Município											
	Abrantes	Alcanena	Constância	Ourem	Sardoal	V. Barquinha						
Ano Letivo 2021/2022												
2º Período	N.º Alunos											
	J1	1º Ciclo	J1	1º Ciclo	J1	1º Ciclo	J1	1º Ciclo	J1	1º Ciclo	J1	1º Ciclo
Valor a receber	423	970	234	413	112	166	829	1031	78	109	121	282
	857,53 €		415,29 €		171,36 €		1 529,98 €		113,62 €		286,34 €	

☐☐

Proposta n.º 10 **Registo n.º** Interno 685/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação do protocolo de parceria entre a TCP e a CIM Médio Tejo e alteração ao valor do Plano de Meios - BTL 2023 – Informação n.º 685/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a minuta de protocolo de parceria entre a CIM do Médio Tejo e a TCP e a alteração de valor do Plano de Meios.

☐☐

Proposta n.º 11 **Registo n.º** Interno 683/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação do protocolo de colaboração – Rota dos Templários Portugal – Informação n.º 683/2023

Este protocolo visa assegurar a gestão concertada da Rota dos Templários Portugal, a nível nacional, através de um modelo de colaboração entre os Parceiros, tendo em vista dar resposta às necessidades de dinamização, valorização e promoção da mesma.

Acrescenta-se que a existência deste protocolo não acarreta quaisquer encargos financeiros para os municípios, prevendo-se que este Protocolo possa permitir aceder a programas de apoio do Turismo de Portugal e outros apoios nomeadamente no âmbito do Portugal 2030.

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade o protocolo de colaboração.

▣▣

Proposta n.º 12 **Registo n.º** Interno 684/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação do Manifesto de Turismo Sustentável - Projeto Centro Sustentável - Informação n.º 684/2023

Este Manifesto resulta do entendimento de que a política turística deverá ser o resultado de um processo de diálogo aberto, participativo e interativo entre todos os elementos do desenvolvimento turístico e em que a comunidade local deve ter um papel essencial.

Neste manifesto considera-se que se o Destino Turismo do Centro de Portugal, enquanto "Destino Turístico" for sustentável, pode tornar-se num excelente instrumento e plataforma de diálogo para a promoção de novos modelos de produção e consumo turísticos, que favoreçam a diversidade cultural, a paz e o desenvolvimento sustentável, contribuindo, assim, para a criação

de um Mundo baseado no entendimento e respeito da herança sociocultural e natural comum da humanidade. Reconhece-se que este documento colabora na transição da Região Centro para um Futuro Sustentável, reforçando o modelo de desenvolvimento turístico na Região Centro, com base nos princípios da sustentabilidade, da diversidade cultural e da responsabilidade social, com a partilha de um futuro comum.

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a minuta de manifesto.

▣▣

Proposta n.º 13 **Registo n.º** Interno 666/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para decisão sobre a continuidade ou denúncia do contrato-programa de cooperação estratégica no âmbito da indústria do cinema celebrado entre a CPFM e a CIM do Médio Tejo - Informação n.º 666/2023

No contexto do Contrato-Programa de Cooperação Estratégica no âmbito da Indústria do Cinema, celebrado a 17 de março/2023 entre a CPFC e CIM Médio Tejo, e encontrando-se a terminar o período de vigência inicial do mesmo, foi referida a possibilidade de continuidade do projeto.

Após apreciação deste assunto, considerando as atividades realizadas e os custos anuais envolvidos, foi deliberado pelo Conselho Intermunicipal proceder à denúncia da participação da CIM Médio Tejo no Contrato-Programa.

▣▣

Proposta n.º 14 **Registo n.º** Interno 675/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de apoio da CIM do Médio Tejo ao evento WWA Wakeboard World Championship 2023 Informação n.º 675/2023

O 1.º secretário executivo lembrou que foi celebrado na BTL, em 17 de março de 2022, um memorando de entendimento entre a World Wake Association (WWA), a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Entidade Regional de Turismo do Centro (TCP), com vista à realização do evento WWA Wakeboard World Championships 2023 no território do Médio Tejo, na Albufeira de Castelo do Bode.

Com enquadramento no memorando de entendimento formalizado, tendo em expectativa a possibilidade de vir a ser protocolado entre a CIMT e a ERTC o apoio financeiro à realização do Campeonato do Mundo de Wakeboard 2023 e considerando as necessidades e estimativas orçamentais apresentadas pela entidade promotora do evento (conforme documento em anexo), propõe-se que o apoio a assegurar pela CIMT seja relativo às seguintes componentes de despesas de promoção e divulgação do evento, com valor global estimado na ordem dos 50.000,00€, designadamente:

- Cobertura do evento (produção TV e Livestream);
- Produção Conteúdos Vídeo (daily cuts & event final cut);
- Reprodução gráfica de outdoors, posters e mupis

A operacionalização destes apoios carecerá do prévio desenvolvimento dos necessários procedimentos de contratação pública para o efeito.

Mais se refere que, foi já formalizado junto da Entidade Regional de Turismo do Centro, o pedido de apoio financeiro a este evento, dada a notoriedade e relevância do mesmo para o desenvolvimento turístico da região, conforme email em anexo.

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a presente proposta.

☐☐

Proposta n.º 15 **Registo n.º** Interno 672/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para autorização da prorrogação do prazo de execução e tomada de conhecimento | CPG/21/2020 – Consulta prévia para aquisição de serviços de Saúde no Trabalho – 2021/2023 – Informação n.º 672/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade:

- a aprovação da prorrogação do prazo de execução do contrato de prestação de serviços de saúde no trabalho, celebrado com a empresa INTERPREV – Segurança e Saúde do Trabalho, S.A., até ao dia 30 de abril de 2023, a ser deliberado conjuntamente por todos os Municípios/Entidades aderentes;
- a aprovação da minuta de adenda ao contrato de prestação de serviços de saúde no trabalho.

☐☐

RATIFICAÇÕES

Proposta n.º 16 **Registo n.º** Interno 664/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para ratificação da informação interna n.º 664/2022 – CP/10/2022 – Fornecimento e instalação sinalética dos Caminhos de Fátima no Médio Tejo – 1.º fase – adjudicação

O Conselho Intermunicipal ratificou por unanimidade a informação interna n.º 664/2022 – CP/10/2022 – Fornecimento e instalação sinalética dos Caminhos de Fátima no Médio Tejo – 1.º fase – adjudicação

☐☐

Proposta n.º 17 **Registo n.º** Interno 525/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para ratificação da informação interna n.º 525/2023 – AD/03/2023 – aquisição de serviços da reprodução gráfica da 2.ª edição do Guia Rotas e Percursos no Médio Tejo

O Conselho Intermunicipal ratificou por unanimidade a informação interna n.º 525/2023 – AD/03/2023 – aquisição de serviços da reprodução gráfica da 2.ª edição do Guia Rotas e Percursos no Médio Tejo.

☐☐

Proposta n.º 18 **Registo n.º** Interno 537/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para ratificação da informação n.º 537/2023 – CPG/25/2022 – aquisição de serviço de transporte a pedido para a zona sul do concelho de Abrantes - Adjudicação

O Conselho Intermunicipal ratificou por unanimidade a informação n.º 537/2023 – CPG/25/2022 – aquisição de serviço de transporte a pedido para a zona sul do concelho de Abrantes - Adjudicação.

☐☐

Proposta n.º 19 **Registo n.º** Interno 475/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para ratificação da informação interna n.º 475/2023 Aquisição de serviços de consultoria técnica especializada para atualização de Diagnóstico Educativo do Médio Tejo com base em estatísticas finais publicadas e apoio à construção do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo Médio Tejo

O Conselho Intermunicipal ratificou por unanimidade a informação interna n.º 475/2023 Aquisição de serviços de consultoria técnica especializada para atualização de Diagnóstico Educativo do Médio Tejo com base em estatísticas finais publicadas e apoio



à construção do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo Médio Tejo.

☐☐

12h00 - Presença do **Comandante Sub-Regional do Médio Tejo, David Lobato**, para nos efetuar um ponto de situação do andamento dos trabalhos.

A reunião contou com a presença do Comandante David Lobato e o seu adjunto que fizeram um ponto de situação dos trabalhos que têm vindo a efetuar no território nos últimos 2 meses.

Entre os vários pontos abordados, foi referido o mês de março, o mês da proteção civil tendo a CIM do Médio Tejo colaborado com a realização de toda a divulgação (cartazes, promoção no facebook, sites regionais e municipais, Instagram, etc.)

O Comandante agradeceu-nos todo o trabalho desenvolvido e colaboração neste sentido.

Por outro lado, foi chamada a atenção de todos para a elaboração os Planos de Coordenação de Eventos Municipais que são obrigatórios e que nem sempre estão elaborados no decorrer das várias iniciativas.

Neste sentido, foi avaliada a possibilidade de se preparar uma reunião com equipas técnicas e políticas sobre este assunto, de modo a que todos possam ficar a saber destas necessidades.

☐☐

A Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo

Anabela Gaspar de Freitas

A Técnica Superior

Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade